

ROTEIRO PARA CONSELHO SUPERIOR DE INFRAESTRUTURA - FIESP

São Paulo, 12/08/2011

Introdução: o papel da banda larga

A Internet em banda larga é fundamental para a economia e a sociedade brasileira.

- Para o cidadão, significa a democratização do conhecimento e a geração de oportunidades de participação política e social. Significa, também, uma melhor qualificação e inserção na economia digital.
- Para as empresas, a banda larga é fundamental como suporte para o melhor uso das TICs e a conseqüente redução de custos, integração de processos produtivos e aumento da competitividade.
- Além de servir como suporte para todos os ramos produtivos, a banda larga agrega, em torno de si, todo um setor econômico que não se restringe aos serviços de telecomunicações. Trata-se da indústria de terminais (smartphones, tablets, computadores, TVs conectadas) e da produção de conteúdos e aplicações digitais.

A expansão da Internet em alta velocidade é uma das prioridades do Governo Federal. Nesse sentido, o Ministério das Comunicações desempenha um papel fundamental ao coordenar o Programa Nacional de Banda Larga, que tem como fundamentos aumentar a cobertura e a velocidade e reduzir o preço das conexões.

Consideramos que a banda larga apenas será verdadeiramente disseminada a partir do momento em que for ofertada a toda a população brasileira. E também a partir do momento em que o preço do serviço e dos terminais seja acessível para o consumidor doméstico.

- Nossa meta é chegar a 2015 com 40 milhões de domicílios conectados. Hoje, as conexões em banda larga chegam a 17,4 milhões de lares.
- Queremos que a velocidade seja cada vez maior – e que o preço seja cada vez menor. Inicialmente, trabalhávamos com meta de 512 kbps a R\$ 35. Em junho, conseguimos junto às operadoras o compromisso para a oferta nacional de 1 Mbps pelo mesmo preço. Queremos que, em 2015, as conexões de 5 Mbps sejam uma “commodity”, e não mais um luxo.
- As ações do PNBL são integradas – e abarcam seis dimensões

- Regulação
- Infraestrutura
- Rede Nacional (Telebrás)
- Incentivos fiscais
- Política Produtiva e Tecnológica
- Conteúdos e aplicações

Algumas das ações em relação ao preço do serviço e dos terminais já apresentam resultados concretos.

- Computador para Todos: Em 2010, Brasil ultrapassou Reino Unido e se tornou o quarto mercado mundial (após EUA, China e Japão), com 13 milhões e 700 mil unidades vendidas.
- Desoneração de tablets: 15 empresas já apresentaram pedido para contar com processo produtivo básico. Primeiras unidades devem ser produzidas em setembro.
- Termos de compromisso do PNBL: oferta nacional de banda larga a preços baixos.

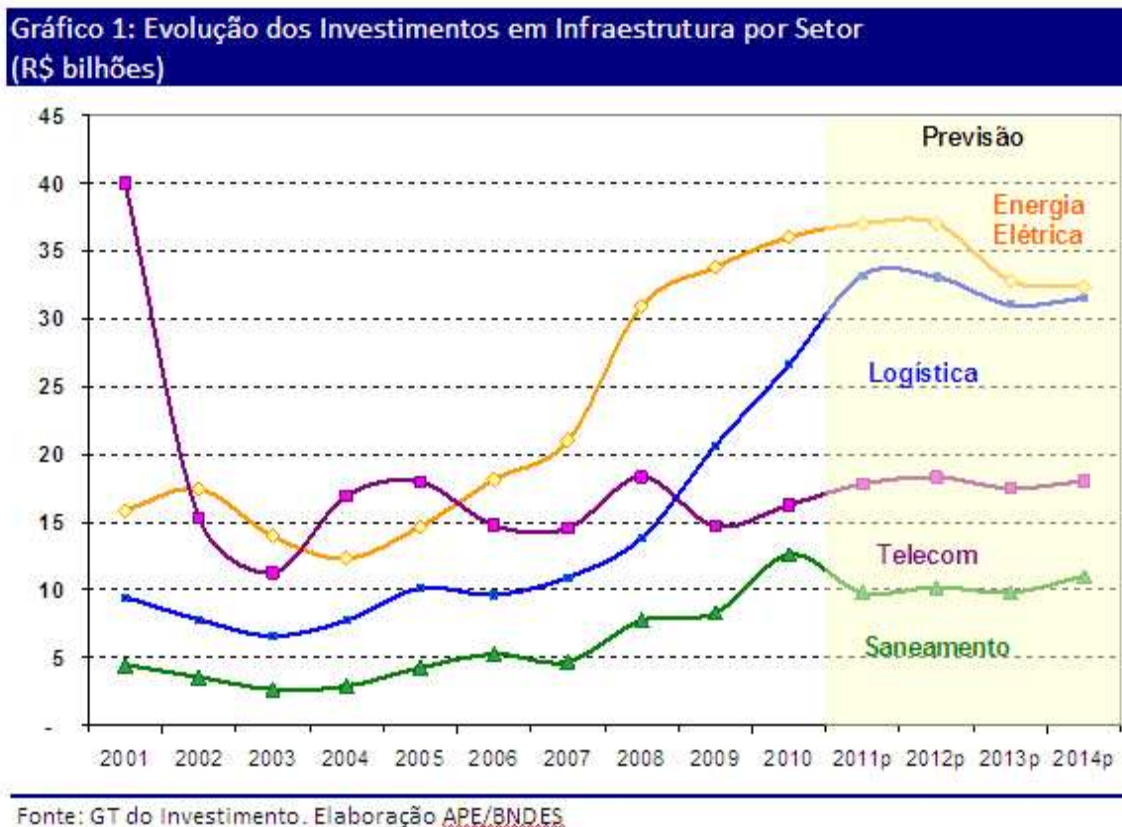
A importância da infraestrutura

Todas essas ações, contudo, só serão possíveis com um substancial aumento da capacidade, da qualidade e da cobertura da infraestrutura nacional de banda larga. Nesse sentido, é importante ressaltar que, relativamente a outros setores de infraestrutura, o de telecomunicações foi o que aferiu, nos últimos anos, alguns dos menores volumes de investimento.

Segundo dados do BNDES, foram investidos R\$ 40 bilhões em infraestrutura do setor de telecomunicações em 2001. A partir de então, os volumes de investimentos passaram a oscilar anualmente, mas quase sempre entre R\$ 15 e 20 bilhões – foram R\$ 17 bilhões no ano passado.

Já no setor de energia elétrica, os investimentos passaram de R\$ 15 bilhões para mais de R\$ 35 bilhões no período. No setor de logística, passou de pouco menos de R\$ 10

bilhões para R\$ 30 bilhões.



Na visão do Ministério das Comunicações, parte da queda dos investimentos em infraestrutura de telecomunicações se explica pelo fato de as prestadoras de serviço terem investido pesadamente e de forma concentrada nos anos imediatamente posteriores à privatização do Sistema Telebrás, em 1999. Àquela época, afinal, foi necessário não apenas construir redes novas, mas também reconstruir ou modernizar a infraestrutura existente.

Acreditamos, contudo, que o atual nível de investimentos está muito aquém das necessidades nacionais. Certas regiões do país – em especial no Norte e no Nordeste, além das periferias dos grandes centros – enfrentam um grande déficit de fibras ópticas.

A verdade é que nossa rede de telecomunicações ainda reproduz nossas desigualdades regionais e sociais: locais onde há concentração de atividades econômicas e de renda são bem servidos pelas operadoras, gerando competição, aumento de qualidade e queda de preço. Já em locais com menor atividade econômica, as fibras são escassas e o serviço é pior e mais caro.

O Brasil vem passando, nos últimos anos, por grandes transformações sociais que mudam a nossa geografia econômica. O Nordeste se tornou um importante mercado consumidor e começa a ter uma base industrial significativa. A classe média se

tornou majoritária no país – e criou um mercado consumidor sólido que demanda todos os tipos de bens e serviços, inclusive a banda larga.

Ações para expandir infraestrutura

Precisamos, portanto, acelerar o investimento nas redes. Até porque todas as ações que vem reduzindo o preço dos terminais e serviços levam a um aumento da demanda por infraestrutura. Nesse sentido, temos adotado as seguintes medidas:

1) TELEBRÁS

- a. A Telebrás está construindo uma rede nacional que chegará a 4.283 municípios brasileiros em 2014. Com isso, venderá capacidade a prestadores locais de telecomunicações que, por sua vez, serão obrigados a vender ao usuário serviços com preços baixos e qualidade garantida.
- b. Ainda no ano de 2011, a operadora chegará a 250 municípios. Em 2012, estará em 1.023 municípios.
- c. A Telebrás já firmou contratos de provimento de serviços de banda larga para provedores de acesso e Prefeituras, os quais seguem as condições do PNBL e encontram-se em fase de ativação comercial. Além disso, assinou vários acordos de cooperação técnica com outras organizações e empresas.
- d. Além de vender a pequenos prestadores de telecomunicações, as grandes operadoras também estão interessadas em firmar parcerias com a Telebrás. Em 13 de julho, por exemplo, a TIM assinou um contrato pelo qual contratará a capacidade da rede pública e levará banda larga a R\$ 35,00 (com impostos) a 1.000 municípios até o final de 2012.
- e. Além disso, a Telebrás mudou seu plano de construção de redes para chegar de forma mais rápida aos Estados da Região Norte, que contam atualmente com a menor infraestrutura de telecomunicações e a banda larga mais cara do País.

2) INCENTIVO A INVESTIMENTOS EM REDES

- a. O Ministério das Comunicações está em negociação com os demais órgãos de governo para a redução da carga tributária sobre os equipamentos e componentes de rede, incentivando assim a construção de uma rede com mais extensão e capacidade.
- b. Está negociando, também, incentivos para que as operadoras antecipem seus investimentos em construção e expansão de redes que utilizem equipamentos nacionais e que estejam de acordo com as diretrizes do PNBL, tais como o atendimento em regiões nas quais hoje a infraestrutura é inexistente ou insuficiente.
- c. Tais medidas fazem parte de um regime especial de tributação do PNBL, a ser lançado em breve e que estará em consonância com o Programa Brasil Maior.
- d. Além disso, está fomentando a indústria e o desenvolvimento tecnológico nacionais. O Ministério repassou R\$ 100 milhões para a Finep emprestar às empresas para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com foco na expansão da oferta de banda larga.

3) NORMAS DE INFRAESTRUTURA

- a. Estamos empenhados em fazer com que os projetos de obras de infraestrutura que contem com financiamento ou recursos diretos da União contemplem o lançamento de fibras ópticas. É o caso de ferrovias, rodovias federais, linhas de transmissão de energia elétrica e gasodutos/oleodutos.
- b. Isso se explica porque, durante a construção de obras, o lançamento de fibras ópticas tem um custo relativamente baixo em relação ao total dos investimentos. Já quando é necessário lançar uma rede de telecomunicações a partir do zero – ou seja, quando é preciso cavar dutos ou construir postes –, as obras civis correspondem à metade ou mais do investimento.

- c. Também estamos negociando junto aos órgãos reguladores dos demais detentores de infra-estrutura uma regulação que incentive a exploração de redes por detentores de fibras ou dutos ociosos.

Agradecimento / papel do diálogo com o Conselho Superior de Infraestrutura da Fiesp:

Temos a consciência de que nossos objetivos só serão conquistados com o fortalecimento do papel regulador do Estado. Precisamos ser cada vez mais eficientes e preparar regulamentos eficazes. Temos de contar com a capacidade de analisar, a fundo, todos os aspectos do setor regulado e, com isso, antever tendências para elaborar políticas que atendam, de fato, ao interesse público e ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

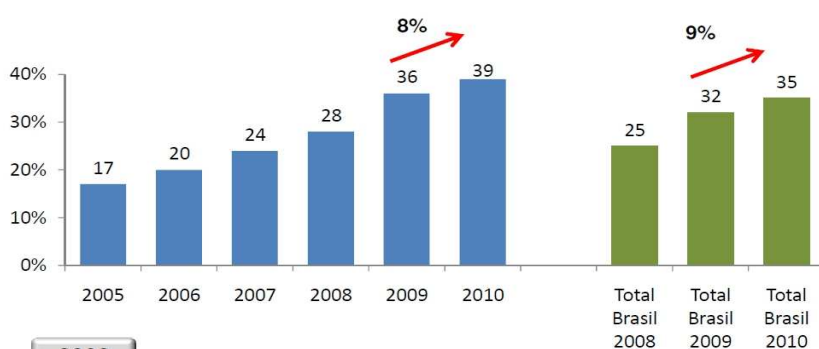
Para que isso aconteça, é fundamental contarmos com momentos como esse de hoje. Aqui, podemos trocar experiências e conhecer melhor as nossas demandas. Mais do que isso: podemos contribuir uns com os outros, tendo sempre como objetivo encontrar soluções criativas e inovadoras para que a infraestrutura brasileira de banda larga chegue ao novo patamar, abrindo a porta de um novo mundo de oportunidades para nosso cidadão e nossa economia.

(FIM)

ANEXO 1 – DIAGNÓSTICO DA INTERNET NO BRASIL

- 27% dos domicílios têm acesso à Internet – destes, cerca de metade tem conexões abaixo de 1 Mbps (TIC domicílios 2010).
- Cresceu o acesso a computadores, mas muitas famílias ainda não conseguiram conectá-los.
- Ainda há grande desigualdade entre Brasil urbano e rural.

Lares com computador (TIC Domicílios 2010)



2008

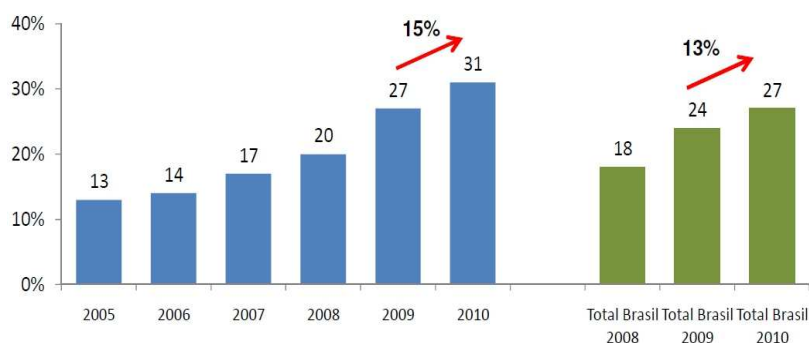
América do Sul: Uruguai (35%), Argentina (38%) e Chile (40%).

Europa: Alemanha (82%), Dinamarca (86%), Suécia (87%).

Ásia: Coreia (81%) e Japão (86%).

Fonte: ITU-D (2010): Measuring the Information Society 2010

Lares com Internet



2008

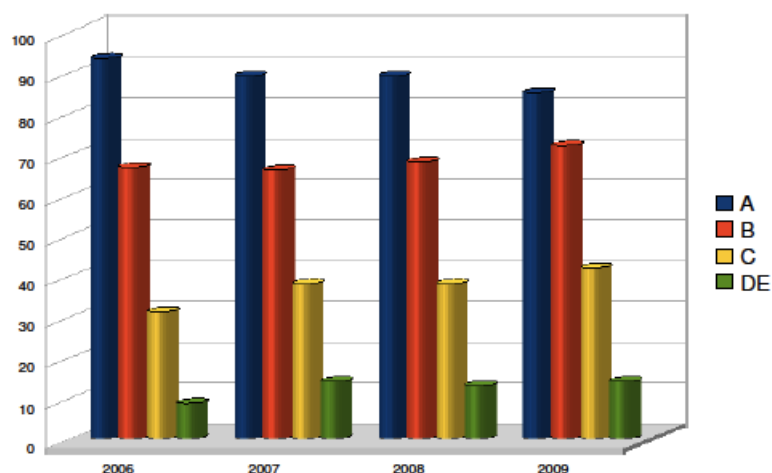
América do Sul: Chile (24%) e Argentina (30%) e

Europa: Alemanha (75%), Dinamarca (82%), Suécia (84%).

Ásia: Coreia (80%) e Japão (94%).

Fonte: ITU-D (2010): Measuring the Information Society 2010

Usuários de Internet, por classe sócio-econômica



→ Até 2010, mais da metade dos brasileiros (52%) nunca havia acessado a Internet. Nas classes D e E este percentual chega a 81%

Desigualdade regional

Usuários de internet por região (% sobre a população da região)

Região	Usuários
Sudeste	48,1%
Sul	45,9%
Centro-Oeste	47,2%
Norte	34,3%
Nordeste	30,2%

% de domicílios por região com

Região	Computador	Internet
Sudeste	43,7%	35,4%
Sul	42,6%	32,8%
Centro-Oeste	35,7%	28,2%
Norte	20,3%	13,2%
Nordeste	18,5%	14,4%

ANEXO 2 - O PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA

- O PNBL tem **três fundamentos**:
 - Aumentar a **cobertura** → **40 milhões de lares conectados em 2014, em todas as regiões do país**
 - Aumentar a **velocidade** → **ofertas de 5 Mbps em 2004**
 - Reduzir o **preço** → **banda larga a até R\$ 35**

- O PNBL têm **seis dimensões de atuação (é muito mais do que o termo de compromisso)**:

1. Regulação

- Fortalecimento do papel regulador do Estado
- Compromissos de oferta nacional de banda larga a preços baixos
- Medidas regulatórias para expansão da oferta de capacidade de rede no atacado
- 11 regulamentos prioritários para expansão da rede, promoção da competição e do desenvolvimento tecnológico e aumento da qualidade

2. Infraestrutura

- Infraestrutura de telecomunicações em obras do governo
- Ferrovias, rodovias federais, linhas de transmissão de energia elétrica e gasodutos/oleodutos
- Incentivos à exploração de redes por detentores de infraestrutura de telecomunicações ociosa

3. Incentivos fiscais

- **Continuidade da política de redução do preço dos terminais**
 - 1) Ampliar o acesso à banda larga pressupõe:
 - Reduzir o preço do serviço e aumentar sua disponibilidade
 - Reduzir o preço dos terminais de acesso
 - Meios de acesso móveis possuem rápida disseminação
- *Tablets* e outros dispositivos (mobilidade e preço abaixo aos dos desktops e notebooks)
- → Integração com a política industrial

4. Política produtiva e tecnológica

- **Regime Especial de Tributação do PNBL**
 - 1) - Reduz tributos sobre equipamentos nacionais
 - 2) - Reduz tributos sobre investimentos que antecipem investimentos em rede
 - 3) - Ao incentivar o investimento em rede, a indústria nacional de equipamentos é também beneficiada
 - 4) - Os investimentos em rede devem estar alinhados às metas do PNBL
- **Indução do poder de compra do estado**
- Integração com **Programa Brasil Maior**

5. Rede Nacional (Telebrás)

- A Telebrás está construindo uma rede nacional que chegará a 4.283 municípios brasileiros em 2014. Com isso, venderá capacidade a prestadores locais de telecomunicações que, por sua vez, serão obrigados a vender ao usuário serviços com preços baixos e qualidade garantida.
- Ainda no ano de 2011, a operadora chegará a 250 municípios. Em 2012, estará em 1.023 municípios.

6. Conteúdos e aplicações

- Incentivo e fomento a aplicações de governo eletrônico
- Elaboração de Política Nacional para conteúdos criativos (jogos, audiovisual, etc)